

ATA N.º 4/2024

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO
DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2024:

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Jorge Alberto Bombas Amador (CDU) e António Manuel Prioste Salvador (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Ferrel, da Serra d'El-Rei e de Atouguia da Baleia, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Ana João dos Santos Lima (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), João Viriato Santos Oliveira (CHEGA) e Tiago Brás Correia (GCEPP) reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para continuar os trabalhos da sessão ordinária do mês de abril, iniciada a 19 de abril de 2024, concretamente os seguintes pontos:

4.º - Período da ordem do dia:

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2023;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, relativos à gerência de 2023;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a segunda alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2024;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a segunda alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2024;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a adesão à Central Nacional de Compras Municipais.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e oito minutos, encontrando-se na sala dezanove dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Tiago Brás Correia (GCEPP) e Carlos Jorge Franco Luís (PSD), encontravam-se a substituir os senhores Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP) e Ana Filipa Vala Fialho (PSD), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD) e Margarida da Silva Martins (PSD), também comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mas não foram substituídos.

Os senhores Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Natália Susana Colaço Rocha (PS) e Vítor Rui Franco Agostinho (CDU) compareceram no decurso da sessão, durante a apreciação e votação do ponto cinco da ordem do dia, passando de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP) e António José Antunes Vieira (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe de Divisão de Administração e Finanças, Josselene Nunes Teodoro, coadjuvada pelo Assistente Operacional da Divisão de Administração e Finanças, Christian Israel Nunes da Silva.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

(Continuação)

5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2023:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, tendo usado a palavra os senhores adiante identificados:

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Querida só que a Senhora Vice-Presidente, porque eu não tive a oportunidade de verificar este número, informasse o grau de execução de despesas de capital.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse que as despesas de capital, em taxa de execução, são setenta e sete por cento.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Relativamente aos documentos, a prestação de contas são as opções políticas e o documento reflete essas opções políticas, mas, porque este valor da OesteCIM não é normal, é um valor anormal para a época do ano que vivemos, quatrocentos mil euros, no momento que seja adequado, gostava que nos desse a informação sobre a OesteCIM, porque eu gostava de perceber estes quatrocentos mil euros.

Relativamente às questões das refeições é evidente que todos sabem, quem acompanha esta área das escolas, que as refeições dispararam, também é bom relativamente a isso valorizar, porque significa que há um investimento nessa área.

Da Valorsul, é mais uma daquelas coisas que o Governo obriga as autarquias a despendere dinheiro que não devia, pelo menos desta forma tão bruta, estamos a falar de vinte e cinco mil euros por mês, portanto, são três milhões por ano que é uma brutalidade.

Daquilo que eu tive acesso, relativamente aos Impostos, julgo que o ano 2023 é o melhor ano de sempre da arrecadação de receita fiscal, o que significa que é preciso pensar nisto, é que o melhor um dia pode ser substituído pelo intermédio e depois não vamos ter aquele problema do orçamento com valor de 29.8 e depois termos um orçamento de 25.5, portanto, estes quatro milhões, apesar de tudo, significam 10%, atenção à arrecadação da receita fiscal, fica aqui uma chamada de atenção.

Relativamente à execução, naturalmente que a execução melhora e a lei também o permite, ainda bem que assim é, para não termos orçamentos com grau de execução muito mais baixo, portanto, este grau de execução de 80,83% na despesa e 92% na receita acabam por ser bons e julgo que temos de caminhar cada vez mais para o grau de execução mais próximo dos 100%.

Relativamente ao investimento, julgo que ficámos aquém daquilo que seria o necessário e que todos desejávamos e que o próprio orçamento previa para o ano, de qualquer das formas, investimos em áreas que, na nossa opinião, na minha em particular, são da exclusiva responsabilidade do Governo. Falo no loteamento da GNR de Atougua da Baleia, porque eu não reconheço nenhuma competência a uma Câmara Municipal para investir nesta área, peço desculpa, mas isto é com a Câmara Municipal, e depois há aquela imposição relativamente àqueles vinte e dois pacotes da chamada descentralização e que paga o Município ou melhor paga o contribuinte do concelho de Peniche, neste caso, e sem dúvida nenhuma já discutimos isto numa das últimas Assembleias Municipais, a despesa com a Educação disparou face às competências que não foram negociadas, foram impostas, porque a partir de determinada altura já não podíamos negociar e é uma das coisas negativas que estes documentos apontam, ou seja, é colocado em causa a autonomia do poder local por cima e estamos a falar, em todos estes casos, em largos milhares de euros e naturalmente que depois isto reflete-se nas contas do Município. Este é um documento que tem o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche como responsável, o Partido Socialista tem parte, na altura fazia parte do acordo com o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, pelo menos até ao dia 31 de julho, mas sem dúvida nenhuma que nós estamos aqui perante situações que é a imposição legal de as autarquias fazerem o que outros querem e isto, sem dúvida nenhuma, não faz sentido rigorosamente nenhum. A Assembleia Municipal tem sempre dificuldades em discutir este assunto das contas, até porque a Assembleia Municipal não tem nenhum mecanismo para controlar seja o que for, portanto, nós acreditamos nas contas que nos são apresentadas, nós temos todas as razões para acreditar nos números que nos são apresentados, que este documento é aprovado também pelo Revisor Oficial de Contas, portanto, há aqui também o parecer, não há nada a dizer, mas como dizia o Professor Jorge Bacelar Gouveia, no sábado, no Pico, ensinavam-nos uma coisa que nós já sabemos, ele ia dizendo isto "atenção que as votações a favor têm um significado político", mas também tem o da responsabilidade e a abstenção é a mesma coisa, é evidente que sobre um documento destes nós

não temos nenhuma razão, eu pessoalmente acho que não temos razão e sempre tive a mesma postura, para não votar contra, acho que não devemos fazer isso por princípio, mas chamada de atenção, porque nós somos responsáveis por aquilo que estamos aqui a apreciar e depois a votar.

Em suma, dizer que, relativamente a estes documentos, eles poderiam ser muito melhores em termos de números, se não fosse imposto ao poder local este tipo de questões.

Há uma outra questão que tem que ver com a Área da Saúde em que aí a questão já não é financeira, é uma questão política de fundo. Em 2023, o concelho de Peniche verificou, constatou, assistiu ao maior ataque de sempre pelo encerramento do Hospital de Peniche, ao maior ataque de sempre contra as extensões de saúde neste concelho, nas freguesias, em particular, falta de médicos, falta de pessoal, a todos os níveis, com consequências para as populações e julgo que a Câmara Municipal tem que ser mais dura relativamente a isto, em relação a qualquer Governo, foi o que teve agora é o que entrou, mas esta questão da Saúde é fundamental, porque podemos criar todas as infraestruturas, podemos ter tudo mais bonito, contentores mais lavados, menos lavados, mas se não tivermos o direito à saúde, as pessoas vão daqui para outro lado e eu acho que esta é a grande questão relativamente a 2023, que foi um ataque na Área da Saúde, em que toda a população sofreu.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a apresentação que foi feita pela senhora Vice-Presidente, dizer que seria importante, se fosse possível, numa próxima fazerem-nos chegar a apresentação de forma atempada, mas acho que é um bom incremento a apresentação aqui em sala. Dizer que a senhora Vice-Presidente, naturalmente, por lapso, quando referiu o resultado de um milhão e quatrocentos mil euros, esqueceu-se de dizer que era negativo, e dizer que discordamos ligeiramente da apreciação feita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, porque entendemos que os resultados de 2023, apesar de serem amplamente negativos, não têm nada extemporâneo e muito diferente, porque, olhando até ao acumulado desde 2020, podemos dizer, de forma informal, que o senhor Presidente é o tetracampeão do prejuízo, porque nos últimos quatro exercícios esse prejuízo tem vindo a ser acumulado e a aumentar. Desde 2020, portanto, 2020 com trezentos mil euros negativos, 2021 com seiscentos negativos, em 2022 melhorou ligeiramente para os duzentos mil negativos, com um milhão e quatrocentos mil euros negativos este ano temos um resultado acumulado negativo superior a dois milhões e meio e este resultado está em contraciclo com aquilo que tem sido a receita de impostos, nomeadamente, por exemplo, Imposto Único de Circulação, como a senhora Vice-Presidente mostrou, aumentou, face a 2020, mais de cento e sessenta mil euros e de forma acumulada, portanto, dos seiscentos e trinta e cinco para os setecentos e noventa e três, quase oitocentos mil euros. Na sessão anterior voltou a falar-se do empréstimo que não foi aprovado para as pavimentações de estrada, o que contraria gritantemente aquilo que é um dos princípios mais importantes das finanças públicas que é o da sustentabilidade, onde a receita corrente deve cobrir a despesa corrente e a receita de capital a despesa de capital, mas sabemos que as pavimentações são despesa corrente e se ela tem vindo a aumentar nós percebemos que, na realidade, há menos pavimentações, as estradas não têm sinalização.

Relativamente ao IMI, ele também tem vindo a aumentar, se tivermos por comparação 2020, falamos em três milhões novecentos e oitenta, em 2020, e quatro milhões e setenta, aproximadamente, em 2023, portanto, há aqui um acréscimo de aproximadamente cem mil euros, mesmo com as taxas a descer e o mesmo no IMT, mas de forma ainda mais evidente.

O IMT, conforme já falámos na Assembleia do Orçamento, este ano ultrapassou, pela primeira vez em termos nacionais a receita do IMI e no caso de Peniche, por comparação a 2020,

ele duplicou, passou para três milhões e quatrocentos mil euros, isto tudo em valores aproximados, quando em 2020 tinha sido um milhão e setecentos mil euros.

A Derrama que é um valor mais pequeno, também teve essa alteração positiva, digamos assim, portanto, em 2020 com cento e cinquenta mil euros e 2023 com quatrocentos mil euros, há aqui um incremento de cento e cinquenta mil euros e novamente com valores acumulados, portanto, os aumentos positivos da receita de impostos acumulados são dois milhões e duzentos mil euros, aproximadamente, quando o acumulado dos resultados negativos dá mais do que dois milhões e meio de euros. Vale a pena ainda verificar os seguintes aspetos, há um aumento da despesa corrente, face a 2022, na ordem dos 10%, há uma diminuição na receita de capital dos 26% de 2022 para 16% em 2023, portanto, há menos investimento condicionado pelo aumento dos compromissos fixos, não houve contratação de empréstimos em 2023, aumentou a dívida a fornecedores, face a 2022, em cerca de um milhão de euros e nem por isso existem mais eventos culturais, nem por isso as escolas estão requalificadas aos novos centros escolares e novamente as estradas que, pelo contrário, estão num péssimo estado.

Para dar alguns exemplos naquilo que são os princípios e regras das finanças públicas e até das leis de enquadramento orçamental, há a regra do saldo estrutural orçamental, o princípio da estabilidade orçamental que não tem sido verificado nas contas do município e ainda outro princípio, que me parece importante, que é o da equidade intergeracional, portanto, as gerações vindouras estão prejudicadas com esta gestão.

O resultado negativo de um milhão e quatrocentos mil euros não reflete mais e melhores condições de vida para a nossa população, para quem nos visita, não contribui, por exemplo, para a atração de médicos que é um problema que nós temos, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu a questão da Saúde, e bem, nós concordamos, e aquilo que sentimos é que não vemos as obras, as iniciativas que carreguem desta forma o orçamento Camarário, isto é preocupante e é de certo modo, até grave a curto, médio e longo prazo.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quero apenas esclarecer dois ou três aspetos referidos pelo senhor Presidente de Junta, portanto, relativamente ao saldo negativo ele também é influenciado nos últimos três anos, nomeadamente de 2020 para 2021, pela nova aplicação do SNC-AP, em termos de amortizações nós conseguimos amortizar, por exemplo, o edifício em cem anos e com as novas regras passámos a ter de amortizá-lo em vinte ou vinte e cinco anos, isso também ajuda a justificar o saldo negativo.

Asfaltamento é despesa de capital e não despesa corrente, parece-me importante referir este aspeto, e referir outro aspeto é que, em termos de equilíbrio orçamental, está garantido o equilíbrio orçamental, portanto, isso é uma regra que nós temos sempre de cumprir, de outra forma o Revisor Oficial de Contas também não nos ia assinar as contas, se esse equilíbrio orçamental não fosse garantido entre a receita de capital e receita corrente e a despesa de capital e a despesa corrente.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«O principal fator do desequilíbrio financeiro tem a ver com a Educação, são muito mais que dois milhões desde que recebemos a transferência, só em termos do dinheiro que devíamos de receber, nomeadamente em relação ao conjunto de profissionais e também, por opção política, há um conjunto de trabalhadores a mais que estão contratados, nomeadamente para

prolongamentos, Atividades Enriquecimento Curricular e outras coisas, isso é uma questão objetiva e foi aqui apresentada.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu, nomeadamente, a questão da OesteCIM, os quatrocentos mil euros, grande parte da diferença dos pagamentos anteriores que se faziam e que se fazem hoje tem a ver com transportes, tem a ver com os passes dos transportes das escolas, depois há um défice enorme nas escolas com o preço das refeições, aquilo que se recebe e aquilo que pagamos a quem nos fornece e há, se calhar felizmente, porque não é só por carência económica, penso que também será pelos hábitos que se vão criando, procurar fazer as refeições nas escolas que anteriormente não existiam, no meu tempo só comia na escola grande parte dos alunos que vinham das freguesias rurais, portanto, há aqui um conjunto de situações que penso estarem mal compreendidas. Acho que devemos ouvir bem as questões que hoje foram referidas e em termos financeiros, não só da responsabilidade política, deveríamos fazer uma informação, porque há coisas que eu acho ser desconhecimento, não é só a questão dos asfaltamentos que quando se diz que é despesa corrente e são despesas de capital, são outras.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu, por exemplo, só uma questão que tem que ver com a Valorsul, a Valorsul é o Governo que impõe.

Não há investimento? Só no dia de hoje as nossas equipas estavam na Escola da Prageira, em várias salas por razões várias, no Jardim Infantil da Colónia Balnear e em outra escola.

Quando se fala em receita parece que o aumento das receitas, independentemente do controlo e das medidas que foram tomadas e propostas para reduzir alguns dos impostos, como nunca tinha sido feito, em termos do IMI como em termos do IRS, é crime, não, o objetivo não é correr o risco que o senhor Presidente da Junta de Freguesia Serra d'El-Rei enumerou e isso pode acontecer a qualquer um, qualquer crise pode estar atrás da porta e pode inverter as situações.

No IMI não é tão fácil, porque não imagino que haja Governo que vá mexer muito na questão do IMI e mesmo com uma crise não vamos deixar de pagar e o IMI, a tendência no nosso concelho, é para aumentar substancialmente, hoje referi numa reunião, provavelmente daqui a dez ou doze anos, a receita do IMI e provavelmente do IRS, se as coisas correrem bem, são substancialmente maiores do que são hoje e isso fará a diferença, agora, isso não nos deve distrair para outro objetivo e os impostos podem levar algumas mudanças, o Governo que saiu estava a preparar algumas, este se calhar vai mexer noutras, a questão que está em cima da mesa é que quando se mexe nos impostos se penaliza ou não as autarquias e sem compensação como aconteceu na descentralização de competências na generalidade e não às compensações devidas, aí é que pode haver alterações não custa nada decidir. Eu acho que não questionam que eu seja a favor do aumento dos vencimentos, seja ordenado mínimo, seja os ordenados médios, seja dos técnicos, maior parte dos nossos técnicos ganham bastante mal em comparação, inclusive, com o setor privado, mas aqui não há milagres. Eu não sei o valor exato do aumento de 2023, em relação à carga salarial, mas diria que é próximo de um milhão. A transferência de competências para as Juntas de Freguesia de cada vez que é atualizado, foram construídos os acordos na altura, logicamente que isso tem impacto, às vezes somos acusados de não ajudarmos as associações, mas o que é certo é que o diferencial que existe de ano para ano cria tudo impacto, porque o saco do dinheiro é o mesmo, as receitas são aquelas é fácil propor que a Câmara contribua para isto e para aquilo, é fácil, no dia, e isso pode ser uma alegria para quem cá estiver para decidir, que haja receitas suficientes para fazer. A questão da Central Elétrica teve impacto em 2023 e vai ter um grande impacto em 2024, porque os equipamentos que são dezenas de milhares de euros não são comparticipados.

A questão que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu, e é só um, porque há mais situações dessas, da parte do investimento da GNR, logicamente nós vamos ter o loteamento, que são cerca de quatrocentos mil euros, que sai tudo do Orçamento de Estado, contudo nós vamos tentar com o novo Governo, para além de falar do financiamento do edifício do novo quartel da GNR, falar também desta questão da despesa do loteamento em si, que são os quatrocentos mil, que eu também concordo, mas, ou avançava-se assim ou não se avançava, isto são só alguns exemplos, eu acho que são interessantes as questões, a reunião está gravada e acho que isto merece até mais explicações do que aquelas que estamos a dar.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Eu quero dizer que estou a gostar desta discussão da forma como ela está a ser feita, porque qualquer um de nós está aqui a expor os seus pontos de vista, dar as suas opiniões, eu acho que isso é muito importante nesta fase, mas se é verdade que o SNC-AP tem novas exigências, é diferente do Pocal em termos de apresentação de contas, mas há um problema de fundo, é que os membros da Assembleia Municipal sabem o que sabem sobre o SNC-AP, porque nós reunimos seis vezes ao ano, eu não tenho problema, porque é até uma área que tenho, felizmente o acompanhamento, só nos últimos quatro anos, cento e vinte ações do SNC-AP, acho que já sei alguma coisa, mas nem todos tiveram essa oportunidade e, é aquilo que eu disse no início, os membros da Assembleia Municipal não conseguem certamente fazer o seu trabalho político, sério, como gostariam de fazer e mais aprofundado possível, porque também não têm acesso a esta informação/formação.

Relativamente às refeições escolares, eu acho que o problema não está no número de refeições escolares, porque é verdade que agora a educação passou a ter outras responsabilidades noutras áreas, mas a Câmara de Peniche, quando nós saímos da Câmara, já tinha cento e vinte mil refeições por ano, o problema está no preço da refeição essa sim disparou e disparou para valores muito significativos, o mesmo se coloca relativamente aos transportes escolares, portanto, quando eu faço a pergunta, porquê estes quatrocentos mil euros da OesteCIM, já percebi que uma parte é canalizada para pagar os transportes escolares.

Relativamente aos impostos, se tudo for cumprido como está previsto, o que nós vamos receber no próximo Orçamento de Estado, Câmara Municipal é o que estamos a discutir agora, é mais arrecadação de receita, não há dúvida sobre isso, até porque nós vamos receber sobre a arrecadação fiscal do ano 2023 e ela aumentou muito, ou seja, vamos ter mais dinheiro, tanto o município como as freguesias, se cada um de nós teve vinte mil euros de aumento num ano passará para vinte e três, vinte e quatro mil euros em média por freguesia, eu não tenho dúvidas sobre isso, o que eu digo é outra coisa, é que nós atingimos valores tão altos de impostos que temos de ter algum cuidado. Por exemplo, esta questão do IMT, pela primeira vez, ultrapassar o IMI, isto é histórico, desde logo porque é a primeira vez, é uma redundância, mas é verdade isto, portanto, nós não vamos ter esta situação muito tempo, portanto, eu acho que é preciso cautelas e caldos de galinha, como diz o nosso povo, sob pena depois de falhar uma arrecadação fiscal numa área tão significativa e depois o grau de execução vem por aí abaixo outra vez, é nesse sentido que estou a colocar certamente as coisas.

Sobre o quartel da GNR, essa questão de ser a Câmara a pagar já está ultrapassada, naturalmente, agora, eu digo o seguinte, é mais fácil o Sporting ser campeão do que o posto da GNR ser construído até ao final deste ano letivo, isso é que me preocupa, é que o posto da GNR não será cumprido. É uma questão de olharmos para os timings, desenvolvimento do projeto, concurso público, execução da obra, não é construído, não é inaugurada até à data que nós queremos, nem no mês das eleições será inaugurado.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Há questões que discordamos e isto é natural, relativamente à questão da despesa de capital, não tenho a certeza, mas também creio que esse não é o busílis da questão, relativamente ao IUC. O Imposto Único de Circulação a Câmara recebe 96% ou 97% do valor e, à partida é para investir na rede viária e ele parece-me que não tem sido investido e tem havido uma grande cobrança daí eu entender que, em termos de opinião, fazer-se um empréstimo para isso ou desculparmo-nos com isso para não ter a pavimentação, não é essa a questão.

Depois, há uma questão de fundo nestas contas que é o aumento de um milhão de euros da dívida a fornecedores, de 2022 para 2023, e isto é significativo nas contas.

Eu não referi o equilíbrio orçamental, referi a regra do saldo estrutural orçamental, o princípio da sustentabilidade orçamental e da equidade Intergeracional, também falei na sustentabilidade das finanças públicas, mas o equilíbrio orçamental é uma regra europeia e isso não falei.

Há aqui uma questão, porque foi referida a questão do Governo, e bem, porque efetivamente acho que o senhor Presidente de Câmara tem alguma razão em algumas coisas que, por vezes, o Governo podia tentar apoiar ainda um bocadinho mais os Municípios, mas também é facto que os Governos têm vindo a apoiar, nomeadamente o último, e dou o exemplo que dei na altura do Orçamento para reforçar, em 2019, há um contributo para os municípios da receita cobrada de IVA em serviços e outros aspetos no valor de 7,5% que vai para o município, isso é mais uma receita e essa foi do último Governo.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Este tipo de documentos de gestão mereceria outro tipo de análise.

Quero agradecer a disponibilização de toda a documentação na Meocloud para efeitos de transparência e para nos dar também outra visão dos números, porque os números não mentem.

Tudo o que seja documentos de gestão, estamos a falar das Grandes Opções do Plano, do orçamento, a Prestação de Contas deveria ser, na minha respetiva, mais debatido.

Eu tenho aqui algumas considerações e, tal como o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei referiu, ao contrário do orçamento que é uma visão e muito bem, na última reunião, a 30 de novembro, que é plurianual, dá-se o caso de sendo plurianual o 2025 ser ano de eleições, mas este é relativamente a um ano e aqui mostra efetivamente o que é que foi a visão e o que é que foi a concretização.

Referir uma questão relacionada com o orçamento e referir, também, as palavras do senhor Deputado Hugo Martins, na última sessão, que efetivamente o orçamento é difícil, é um orçamento que muitas vezes temos de equiparar a um orçamento familiar, temos de ter muita atenção e este mais ainda por não ser o nosso dinheiro, é o dinheiro dos contribuintes, portanto, temos de ter redobrada atenção ao orçamento. É também importante, e não poderia deixar passar, porque na última reunião também foi referido, que é neste órgão que efetivamente nós devemos falar, porque é neste órgão que efetivamente nós devemos questionar o Presidente, e concordo perfeitamente com o senhor Deputado Francisco, não é lá fora.

Eu gostaria de perguntar e constatar alguns factos. Os custos com o pessoal, neste momento, são 50% das despesas da Câmara. É importante este número e não nos podemos, senhora Vice-Presidente, escudar nas alterações salariais, no aumento do salário mínimo, porque houve efetivamente alterações, quer à estrutura orgânica, quer com a colocação de dirigentes,

quer com a colocação de dirigentes intermédios que fizeram também subir a folha salarial na Câmara.

Por outro lado, temos aqui e já foi referido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, a questão dos fornecedores, a dívida a fornecedores, neste momento, é praticamente três milhões de euros, dois milhões novecentos e oitenta e dois mil euros, que é já 1/4 dos custos com pessoal, portanto, para quem tem alguma noção de gestão financeira, percebe o que eu estou a referir.

Referir que as receitas, neste momento, 76% das receitas do município são impostos diretos e transferências do Estado, portanto, estas são as receitas do município, 76% das receitas do Município vêm de impostos diretos e de transferências do Estado. Na despesa 65%, 50% são custos com pessoal e 18% são fornecimentos e serviços externos, portanto, eu gostaria que me esclarecessem como é que a Câmara pretende equilibrar a receita e a despesa, nomeadamente, que tipo de fontes de receita é que vai ter de criar para equilibrar estes custos.

Há um documento, ainda ninguém falou e eu gostava de falar, que se chama "recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2023", e eu gostava de perceber, temos aqui rendas no valor de seiscentos e cinco mil euros, o ano passado, as rendas eram duzentos e quinze mil euros, mas em 2017, isto abrange mandatos de forças diferentes, em 2017 era de quase trezentos mil euros, portanto, ninguém resolveu o problema e já vem de trás. Temos aqui seiscentos e cinco mil euros e eu gostava de saber que rendas são estas, se são rendas de habitação que estão a faltar, se há pessoas que não pagam, se são rendas de concessão que não estão também a ser pagas

Apoio a família também houve um aumento, eu lembro que em 2017 o apoio à família tinha dezassete mil euros por receber e neste momento tem cinquenta e oito mil euros, portanto, temos um acumulado de quase 200% nesta rubrica e depois há uma coisa muito interessante aqui que é protocolo de cooperação no âmbito do Festival Sabores do Mar, 2011, isto tem 13 anos, ninguém pagou isto? Cinquenta mil euros? Eu questiono, porque é que este valor ainda não foi recebido ou o que é que já foi feito, são cinquenta mil euros, isto em 13 anos dá quatrocentos euros por mês.

Mercados e feiras também houve uma variação grande, já vamos com dívidas de mercado e feira de onze mil euros, também gostava de perceber o que é que não pagam e depois os outros são duzentos e vinte e dois mil euros, neste momento, em 2023, devem à Câmara um milhão e cem mil euros, isto não é um número qualquer e olhando para aqui e ver que há dívidas desde 2007 e 2010, a mim custa-me um pouco perceber que as pessoas que passaram por esta casa ninguém se preocupou com isto, ninguém se preocupa em resolver isto, portanto, gostaria de perceber de que forma é que nós podemos minimizar estes valores que todos os anos estão a aumentar.»

Francisco Salvador (PSD):

«Vamos tomar de boa-fé que os documentos apresentados refletem o rigor contabilístico e das contas e, portanto, não estão em causa, mas eu gostaria de fazer aqui outro exercício. Já aqui foram apresentados vários argumentos que eu gostaria também de ver respondidos e que tinha aqui para apresentar, mas gostaria de abordar a questão de outra maneira. A gestão camarária, de ano para ano, tem vindo a ser sistematicamente semelhante em determinados aspetos. Um deles é apresentar, em novembro, umas Grandes Opções do Plano e, em abril, apresentar as contas, o relatório de contas que reflete a gestão, simplesmente não bate a bota com a perdigota, isto é, aquilo que é aprovado nas Grandes Opções do Plano depois não tem praticamente apresentação no trabalho de relatório e da prestação de contas, aquilo que é aprovado para se fazer isto e aquilo e aqueloutro, e depois no relatório é apresentado como

despesas e como receitas e parece não serem correspondentes, há qualquer coisa que não funciona bem. Não é por acaso que nós temos votado as Grandes Opções do Plano negativamente e foi isso que nos fez apresentar o nosso voto negativo na última reunião de novembro do no ano passado, porque, de facto, não acreditamos que aquilo que é a promessa de fazer, de realizar depois tenha concretização e a prova provada é que agarrando nas Grandes Opções do Plano de 2022, se formos sistematicamente analisando peça por peça daquilo que foi dito que iria ser feito, não encontramos neste relatório qualquer reflexo, aquilo que reflete é, de facto, um prejuízo apreciável de um milhão e quatrocentos mil euros, em que a questão das amortizações serve como uma boa desculpa, mas eu fiz um pequeno exercício, antes de introduzir as amortizações se formos fazer as contas já dá resultados negativos, portanto, as amortizações aumentam-nos é verdade, mas o resultado já era negativo antes das amortizações e já agora, eu penso que não é preciso estar aqui com grandes explicações, mas amortizações e depreciações são coisas diferentes, pelo menos tanto quanto me é dado a perceber, e as amortizações e as depreciações, que são coisas diferentes, posso fazer uma abordagem também curiosa é que é assim, eu não sei, porque não procurei, nem sei se conseguia verificar o resultado das amortizações, quanto é que vale cada uma das peças do património municipal, nomeadamente naquilo que diz respeito às estradas, às ruas, aos arruamentos, às sinaléticas, não consigo descortinar, enfim, é defeito meu e também não sou técnico na matéria, mas, de facto, aparece-me que mais rapidamente se deprecia o património do que é amortizado, isto é, aquilo que é o valor atribuído a uma rua e que sofre uma amortização anual do valor correspondente à percentagem de anos em que é amortizável, não corresponde à depreciação que aquela rua vai tendo por falta de manutenção, ou seja, uma rua que, hipoteticamente, vale cem é amortizado em, hipoteticamente, vinte, mas na realidade, fisicamente, ela foi desvalorizada cinquenta, porque, como não foi feita manutenção nenhuma, os buracos aumentam, as valetas deixam de existir ou passam a existir desconfiguradas, a sinalética horizontal desaparece, a sinalética vertical está enferrujada, tudo isto se depreciou mais do que a amortização feita, portanto, isso é mais grave ainda, é porque se nós deduzíssemos não a amortização, mas a depreciação real que acontece, não só nos arruamentos, mas também no resto do património que não tem sofrido manutenção em condições, se calhar o resultado ainda era mais negativo e é isso que nos leva a tecer aqui estes comentários e a afirmar, como já foi afirmado por outras forças políticas, que não vamos votar contra, porque as contas são capazes de estar certas, acreditamos que estejam certas, cremos firmemente acreditar que estão certas, mas não podemos votar favoravelmente, porque isto não reflete de maneira nenhuma aquilo que é decidido no final de cada ano, relativamente ao orçamento do ano que vem e, portanto, as Grandes Opções do Plano, são um instrumento de propaganda mais do que um instrumento de gestão, e é pena.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«É verdade a questão dos dirigentes, a alteração estrutural da Câmara implicou, é um investimento, alguns pensam que é um custo, outros acham que é um investimento, e não é só para amigos e conhecidos, é um investimento aberto para a estrutura de chefias de divisão, eu defendo abertamente, ainda hoje referi isso e ontem referi isso noutra circunstância, que, no meu entender, em relação ao desenvolvimento do concelho e para termos uma população a condizer com aquilo que é a nossa obrigação preparar em termos de futuro, há a prioridade das prioridades que é a Educação.

A senhora Vereadora Ana Batalha e o senhor Vereador Ângelo Marques conhecem isto, assim como a senhora Vereadora Ana Rita Petinga, eu defendo que a gestão política, não é a técnica, a gestão política do Pelouro da Educação, no meu ponto de vista, se houver estabilidade

política no concelho e a estabilidade política é uma maioria na gestão, para a educação o Vereador não deveria fazer mais nada, portanto, é uma visão, logicamente que algumas pessoas poderão pensar que é um desperdício estar um Vereador só com a educação, mas é estrutural, é estratégico, no meu ponto de vista, acompanhar o dia a dia das escolas, dos diretores, porque são milhares de pessoas e também os pais e os equipamentos e por aí fora.

Eu acho que já há tanta injustiça em relação ao setor da gestão autárquica, em termos técnicos e assistentes técnicos, há uma sobrecarga em alguns aspetos para algumas pessoas e, na minha opinião, não há estímulos suficientes para compensar aqueles que querem fazer a diferença, independentemente do Presidente que cá estiver. Há pessoas que tinham funções de chefia e não eram pagas para o exercício de funções de chefia, pessoas capazes, pessoas que se esforçam, portanto, para mim incomoda-me mais as injustiças que nós cometemos, porque se calhar devíamos ter mais lugares a fazer diferença, podem dizer, que há pessoas que têm funções de chefia e que não correspondem, há de tudo.

Procurando acertar uma grande parte dos seiscentos e quinze mil euros que tem a ver com, estava na altura em dívida, uma parte de prestação e meia do Parque de Campismo, por exemplo, e aí já é uma fatia grande.

Em relação aos cinquenta mil euros, eu também já digo à algum tempo, cá dentro, que temos de levar uma proposta para anular os cinquenta mil euros, porque aquele já não vai ser pago, e já se sabe que não vai ser pago há muito tempo, era da Região de Turismo do Oeste que foi extinta e tem de ser assumido, como algumas dívidas que andam por aí e que eu também peço informação, há algumas dívidas que não são substanciais, mas que mais vale levar a reunião de Câmara, apresentar o fundamento que é o fundamento sério.

Nós estamos a baixar a dívida primeiro, até porque não nos deixaram assumir um conjunto de compromissos de investimento e o asfaltamento é investimento.

A questão da amortização e da depreciação, a depreciação é maior quando não se deixa fazer investimento. Eu referi aqui há três ou quatro mandatos, quando se falava muito na dívida e no aumento da dívida, eu preferia ter, e referi a duas Câmaras na altura que tinha acompanhado, Matosinhos e Vila do Conde, que fizeram grandes investimentos, tinham uma dívida considerável, mas era dívida de investimento, a diferença é se é dívida para festas e festarolas e por outras coisas que depois passam e não ficam, se é verdadeiro investimento e isso é que faz a diferença.

Já referi mais que uma vez, há situações destas que hão de ser explicadas, um dia destes, com todas as letras, que às vezes incomoda as pessoas quando falamos nelas, mas vão ter de ser explicadas, não há dúvidas em relação a isso. A mim choca-me, particularmente uma pessoa que viveu sempre dentro de uma Câmara, nós não estamos sós nesta sala, há outras pessoas a ouvir, aliás, às vezes quem nos ouve produz certas notícias que saem no jornal a partir do que ouvem na gravação das reuniões de Câmara que são públicas e esta, portanto, a notícia às vezes produz-se a partir daí, e a forma como se fala para se tomar de boa-fé o rigor contabilístico, o rigor contabilístico é dos nossos técnicos. Para mim acho que é inadmissível colocar em causa o rigor e a verdade dos nossos técnicos que eu aproveito para agradecer o trabalho que que desenvolvem e às vezes sem os recursos necessários para o fazer.

As outras questões, as considerações que se fazem, eu acho que temos mesmo de desmontar isto tudo, já disse à senhora Vereadora Ana Rita Petinga várias vezes, temos de desmontar tudo como fizemos, e que ninguém liga agora, na apresentação das despesas e das receitas em relação à Educação, pediram durante meses ou anos, foram apresentados aqui na Assembleia Municipal, os dados foram todos apresentados aqui, número de trabalhadores, número das despesas com os transportes, número de despesas com as refeições, número de tudo e hoje parece que não se falou nisso, portanto, nós temos de levar isto para a praça pública, para as

peessoas perceberem, faz-se observações que parece que não conta nada, porque é verdade que temos de desmontar.

Eu arrisco a possibilidade de, se nós conseguirmos fazer os registos todos que temos que fazer e que tem o impacto contabilístico, se conseguirmos fazer diferenciar os investimentos que estamos a fazer, diz-se que não se faz investimentos nas escolas, estamos a fazer investimentos todos os dias nas escolas e noutros sítios, porque os trabalhadores estão todos ocupados, aliás, até nos pedem mais trabalhadores e eu digo que não, porque a oposição não quer meter mais ninguém que já temos gente a mais, é assim mesmo, os trabalhadores sabem, também ouvem, é aqui dito que nós já temos trabalhadores a mais, se não querem cortar nas escolas, nos prolongamentos, nas Atividades de Enriquecimento Curricular têm que dizer onde é que é, nós até podemos trazer, acho que é um bom exercício, à Assembleia Municipal, assim que tivermos hipóteses, os trabalhadores, setor por setor, e os membros da Câmara e os membros da Assembleia poderem ter a oportunidade de dizer onde cortar, e onde reduzir, porque há setores que nós vamos reduzindo quando temos uma posição que temos de o fazer a pouco e pouco, agora, vou mandar todos embora de um setor por querer? Não, fizemos o reajustamento, aliás, os trabalhadores que estavam no Parque de Campismo ninguém foi despedido, portanto, foram reintegrados noutros setores, porque é fácil dizer. Setores que nós construímos, o Setor do Património, tem dois técnicos e mais um outro a meio tempo que tem outras frentes, é insuficiente para aquilo que nós estamos a registar e outros processos que estão a trabalhar, Sapadores, criámos, outros concelhos não criaram, são opções, mas não queríamos, queríamos só a equipa de Sapadores de OesteCIM duas ou três semanas por ano? É isso que queríamos? Mesmo assim, não conseguimos limpar o que devíamos limpar e mais não sei quantos setores, mas eu acho que é um bom exercício, aquilo que fizemos na apresentação na Área da Educação, acho que é um bom exercício, o mapa de pessoal setor a setor, porque eu oiço os Chefes de Divisão, está aqui uma Chefe de Divisão e ela sabe as reivindicações que apresenta, todos os setores, neste momento, têm uma insuficiência de um trabalhador, aliás, os motoristas dos SHL, neste momento, são seis a menos, eu nem sei como é que podem funcionar, a limpeza de rua, podem dizer que as ruas não tão limpas com deve ser, estão em número insuficiente, os serviços de espaços verdes estão com menos gente, as obras, a Divisão de Obras Municipais, têm estado a sair, em cada trabalhador que sai para a reforma, não sei se conhecem isso, o lugar é extinto, portanto, para contratar outra vez tem de vir ao mapa de pessoal e nós nem temos ido por aí, temos estado a reduzir, mas incomoda, às vezes incomoda algumas coisas que são ditas, porque eu penso que não resolve nada dos problemas do concelho e procura é desinformar as pessoas que mais dificuldade têm em perceber, e isto já é tão difícil, depois repete-se termos e termos não sei quantas vezes, que as pessoas, a maior parte, não sabe e devíamos aprender todos.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Eu não falei, nem uma vez, em excesso de pessoal, mas podia falar, porque, de facto, a Câmara Municipal de Peniche tem um ranking fantástico no Distrito, por exemplo, em que é capaz de ser o segundo concelho com maior número de trabalhadores e é capaz de ser o que tem maior número no rácio entre funcionários e munícipes, mas eu não falei no assunto, mas desde o primeiro dia em que este mandato começou foi aqui dito, e fui eu que o disse, e volto a afirmar que a questão da gestão do pessoal é uma opção do Município, do Executivo e, portanto, não me compete a mim dizer se são muitos ou se são poucos, mas que há maneiras de fazer o mesmo com mais ou menos gente também é verdade, porque eu conheço municípios com menos gente, conseguem executar mais, através de empreitadas, através de prestação de serviços externos, eu não discuto a opção, não concordo com ela, mas não a discuto, é uma opção do executivo, foi o

executivo atual que decidiu o número de pessoas, que apresentou o mapa de pessoal, que arrumou a casa durante quatro anos ou cinco ou seis, que andamos a falar no arrumar da casa, a arrumação da casa, é apenas do executivo, nomeadamente do senhor Presidente, portanto, arrumou como entendeu, no meu entender, não está muito bem arrumada, aliás, até acho que está desarrumada, mas é o meu entender. Eu não falei aqui uma única vez acerca do número de funcionários, mas podia falar como disse e, portanto, o que eu disse foi que as Grandes Opções do Plano que são apresentadas e normalmente com umas obras bandeira, depois nunca são executadas e a prova provada é este relatório em que se apresentam números negativos, eu falo novamente um milhão e quatrocentos mil euros de prejuízo que embora sejam desculpáveis pela nova forma de contabilidade pública, através das amortizações, mas mesmo antes das amortizações já eram negativos, portanto, não é uma gestão devidamente equilibrada e se nós olharmos à nossa volta e tentarmos averiguar aquilo que foi feito, pois eu não estou a dizer que não foi feita muita coisa, é, naturalmente, feita muita coisa, mas a diferença entre os custos de pessoal, que são dois milhões, e o valor da receita, que são vinte e quatro milhões, ainda sobram treze milhões e esses treze milhões são aplicados em quê, há obra vista que se diga, olha que coisa fantástica que está aqui, não vejo, sinceramente não vejo, não vejo eu nem vêm os munícipes, mas lá havemos de chegar à altura em que os munícipes serão convidados a fazer as suas escolhas, provavelmente vão escolher novamente o mesmo Presidente, é bem provável, ficam satisfeitos, olhe, eu não estou satisfeito, sinceramente não estou, porque quando ando na rua, ainda hoje bati com uma jante num buraco da rua e ninguém me vai pagar, e ela ficou amolgada, portanto, eu não fico satisfeito, agora, se os munícipes gostam de fazer caminhadas a pé e se sentem bem no Jardim do Baluarte, por exemplo, em que se enterram até aos artelhos na lama, mesmo quando não está a chover, se ficam satisfeitos com isso, tudo bem é com os munícipes, eles é que votam, por mim tudo ótimo, mas há quem não esteja satisfeito e essa é, naturalmente, a função da oposição, apontar aquilo em que as pessoas, que não se revêm neste tipo de gestão, não se sentem bem, é só isso e, portanto, senhor Presidente, lamento, mas é natural, o senhor concorreu de uma maneira e tem as suas opções, nós concorreremos de outra maneira e tínhamos outras opções, aliás, no meu entender, bem mais frutíferas e eficazes.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Em relação à gestão de recursos humanos, eu já transmitia o que pensava sobre esta matéria no orçamento e o meu voto foi no sentido de não concordar, obviamente, é uma gestão de recursos humanos do senhor Presidente, se podia haver outras maneiras, podem existir, é a forma que o que o senhor Presidente entende realizar, é o arrumar de casa, com um arrumar de casa que em 2018, que é a primeira prestação de contas do senhor Presidente, tinha custos com o pessoal de seis milhões quatrocentos e treze mil euros, em 2023, é o dobro, doze milhões, mas isto é a ótica do arrumar a casa, o arrumar a casa custou o dobro.

Por outro lado, eu também queria referir que isto não é só um documento técnico, não estamos aqui a apreciar se o documento está bem feito, se tem a documentação toda, não, isto é um documento de gestão, é perceber, é saber qual foi a ação do executivo durante o ano 2023 e este executivo, volto a referir, as amortizações, o sistema contabilístico, em seis prestações de contas que teve, em que o senhor Presidente, o gestor Henrique Bertino, em seis prestações de conta, quatro são negativas. Havia um senhor que se chamava Pita Drucker que dizia assim “se não conseguires medir, não consegues gerir”, portanto, se não se consegue medir custos, se não se consegue medir receitas, é este o espelho que temos de um milhão e meio de resultado líquido.

Por último, perguntar, que não me chegou a responder, quais são as fontes de receita que está o município a tentar criar para tentar equilibrar despesas com receitas.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Mapas de pessoal que vieram à Assembleia Municipal foram todos aprovados, portanto, não houve aqui nenhum chumbo, tudo o que veio aqui de propostas de alteração, tudo aprovado, portanto, a Câmara não tem razão de queixa, convém esclarecer, porque nós não evitámos qualquer solução que foi proposta pela Câmara, se no executivo da Câmara foi chumbado, é outra coisa, na Assembleia garanto, pela pesquisa que eu fiz à pressa, tudo o que veio aqui de propostas foi tudo aprovado e algumas até por unanimidade, esta é uma questão importante, porque não impossibilitámos nenhum reforço de pessoal.

Relativamente aos valores em atraso, percebi, só o valor do Parque de Campismo é aqui a parte de leão, aliás, foi-nos dito aqui que foi pago em fevereiro duzentos mil euros, depois, as concessões, sempre houve atrasos nas concessões, este não é um problema desta Câmara, era da Coligação Democrata Unitária e do Partido Socialista também, portanto, passou por todos, as concessões são um problema.

Outra coisa bem diferente é aquela questão da Região de Turismo, eu reagi assim, porque eu tenho muitas dúvidas que o Turismo do Centro não tenha responsabilidade.

Eu chamo à atenção que a Lei n.º 33/2013, de 16 de maio, criou cinco regiões de turismo, ao criar as cinco regiões, extinguiu aquelas que existiam, entre as quais a Região de Turismo do Oeste que era presidida pelo senhor Carneiro, que já faleceu, e quando acabou a Região de Turismo, aquela e as outras, naturalmente que tudo que era de bom eles ficaram, houve uma decisão, ficaram com o que é bom e o que é mau, quando um Estado vai à falência não deixa de ter responsabilidade, nós tivemos o caso da Islândia, o Estado entrou em falência, mas tiveram de assumir as dívidas, portanto, numa Região de Turismo a responsabilidade é sempre da Administração Central, eu não estou a dizer que a responsabilidade é do senhor Presidente, não me ouviu dizer isso, existe um protocolo que está assinado entre a Câmara de Peniche e entre o Presidente da Região de Turismo, existe um documento formal, eu acho nada melhor que mandar o barro à parede, se pegar pegou, se não pegar, não pegou, a não ser que tenha já havido a prescrição, mas eu não sei como, é uma dívida, não foi paga, há acordo, está escrito, portanto, não sei porquê.

Relativamente a esta questão do pessoal, há um aumento significativo, naturalmente que já falámos aqui hoje do pessoal relativamente à Educação e é verdade uma outra coisa que não foi dita e que nós somos Presidentes de Junta de Freguesia, somos pessoas responsáveis, nós também sentimos na pele, no ano passado, dois aumentos, por exemplo, do subsídio de alimentação, num só ano, tem um efeito incrível, assim como teve um aumento de Salário Mínimo Nacional, é incrível o que aconteceu e este ano ainda pior, portanto, não é um problema do ano e ainda bem, os trabalhadores deviam ganhar o dobro, mas devíamos ser compensados por esses aumentos, a todos os níveis, o problema é que a gente sabe o que é que custa pagar e somos pequeninos, quanto maior pior.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«O senhor Deputado Francisco Salvador há pouco falou, eu acho que tocou no ponto e eu acho que o senhor deputado Francisco Salvador, eu acho que vai ter mesmo de votar em nós e porquê: o resultado antes das amortizações é quanto? O senhor disse que era negativo diga, o que eu estou a ver aqui, não sei se está a acompanhar demonstração de resultados, o resultado antes de depreciações e gastos de financiamento é um resultado positivo de um milhão e trezentos mil confirme a demonstração de resultados por favor. Pois, afinal, vai votar em nós, está a ver como

confirma foi mal aconselhado contabilisticamente, mas sem querer tocou num ponto que faz toda a diferença. O resultado antes de depreciações e gastos de financiamento quem quiser colocar na Internet que estiver online e no computador, verifique o que é que significa, permite analisar o desempenho, e a rentabilidade da autarquia. É isso mesmo que é decisivo. Depois claro o que é que dá a negatividade são as amortizações tem que ver com a norma do SNC-AP, como a Senhora Vice-Presidente já teve oportunidade de explicar, vou repetir resultado antes de depreciações e gastos de financiamento, qualquer pessoa que tenha acesso, à demonstração de resultados pode confirmar que é um resultado positivo de um milhão e trezentos mil euros e não o resultado negativo, como disse o senhor deputado Francisco Salvador. A Câmara Municipal tem também através, eu estou a falar por mim, não tive aconselhamento contabilístico, tenho alguma formação e estou aqui a olhar perante a demonstração de resultados e o balanço, olhando para o balanço nós conseguimos confirmar que a Câmara também tem um resultado positivo de trinta e dois milhões de euros. Se nós analisarmos outro indicador como a autonomia financeira, que é um excelente indicador, a Câmara Municipal tem uma autonomia financeira de 65%, qualquer pessoa pode confirmar. Gastos com pessoal, é verdade, tivemos um aumento de gastos com pessoal de cerca de novecentos mil euros, devido ao a atualização do salário mínimo e aumento do número de trabalhadores e estes gastos com pessoal, se nós confirmarmos e verificarmos os resultados de outras autarquias, vamos ver que esses gastos também aumentaram, por exemplo, uma autarquia aqui mesmo ao nosso lado, a Lourinhã, teve um aumento de um milhão e seiscentos mil euros. Eu não tenho acesso aos documentos da Câmara Municipal da Lourinhã, vi a notícia no Região de Leiria e corrija-me se estiver errado, passou de dez, vírgula dois milhões de euros para onze, vírgula oito, teve um aumento de um milhão e seiscentos mil euros e é uma autarquia que não tem exigência, pressão turística que tem Peniche, Peniche teve novecentos mil euros, a Lourinhã um milhão e seiscentos mil euros. Nós, de facto, podíamos também aumentar a receita, mas não aumentamos a receita. Aumentamos a receita, é verdade, mas podíamos aumentar ainda mais e não aumentamos porquê? Foi uma opção política, nomeadamente na redução do IMI, nós queremos ser uma Câmara exemplo, eu penso que, se houver condições financeiras no próximo ano, podemos ir para a taxa mínima em termos da taxa legal em vigor, podemos aumentar aqui e ter um resultado muito melhor. Podemos fazer como a Câmara da Nazaré pratica a taxa máxima de IMI, tínhamos aqui já um aumento de receita significativo. Podíamos fazer como a Nazaré pratica a taxa máxima. Não, optámos, eu acho que já é suficiente as notícias que ouvimos ontem à noite e hoje que temos a carga fiscal, oitava carga fiscal mais pesada da OCDE em termos de tributação, do rendimento do trabalho. Eu penso que aqui é um excelente exemplo que a autarquia de como está a dar, porque esse dinheiro é dinheiro que fica no bolso das famílias do concelho de Peniche. Em resumo, nós devemos ter contenção na despesa, é verdade, mas ao mesmo tempo, olhar para a pró lado da receita e ainda há pouco o senhor deputado Carlos Amaral disse como é que vamos aumentar a receita. Eu penso que é aquilo que foi no fundo, um rasgo de inteligência, um rasgo de boa gestão, que foi aquilo que nem a oposição ninguém acreditava que é termos, por exemplo, a concessão do parque de campismo são setecentos e cinquenta mil euros de forma anual para autarquia, sabendo nós que o Parque de Campismo, continua a ser propriedade da Câmara Municipal de Peniche, é um ato claro de boa gestão que vai refletir-se a curto prazo, nomeadamente nas contas de 2024, porque a receita, por exemplo, que o PSD não estou muito de acordo, quer dizer, reduzir drasticamente o número de trabalhadores. Declarações oficiais de um dirigente do Partido Social Democrata, reduzir o número de trabalhadores. Absteram-se algo que eu acho inacreditável, na reunião de Câmara, os vereadores do PSD absteram-se na redução de IMI e de IRS, corrija-me, se estiver errado, se tiver errado, retiro o que disse. Quer dizer, nós queremos colocar esse dinheiro no bolso das famílias e o PSD não vota a favor, o que é incrível. Também o senhor deputado também chegou a

ser falado por alguém na bancada do PSD cortar também no Carnaval, quer dizer, os grupos de Carnaval já têm algumas dificuldades em fazer as fardas e vamos cortar no Carnaval. Eu acho que assim, qualquer um governa é quase com igual à troika, chegar aqui cortar trabalhadores, não reduzir IMI e não reduzir o IRS, cortar no Carnaval. Sinceramente, eu penso que esse não é o caminho que nós temos é que ir pelo lado da receita para finalizar há pouco, falou-se do IMT, o IMT ainda bem que temos essa receita, quer dizer, é dinâmica do concelho de Peniche, quer dizer que estamos a ser mais procurados, estamos a ser mais atrativos e isso é resultado do aumento da receita de IMT.

Deixei o argumento mais forte para o final, porque ajuda a explicar horas e horas de intervenção. Permitam-me agora citar aqui uma notícia relativamente recente deste ano do Jornal de Notícias, mas quem está quem está em casa pode colocar no seu computador ou no seu telemóvel e escrever “descentralização de competências” e coloquem “autarquias não receberam o suficiente para custear a descentralização.” Esta notícia refere-se nem mais nem menos uma entidade altamente credível em Portugal, como é o Tribunal de Contas, portanto, o que é que diz a notícia sobre o relatório Tribunal de Contas? “O financiamento da descentralização de competências não foi suficiente para o ano 2022, os municípios custearam os novos encargos. Uma auditoria do Tribunal de Contas revelou que as principais falhas no cálculo dos valores verificaram-se na educação. O Tribunal recomenda que a lei seja revista, apesar de ter existido um reforço das verbas no ano passado, em 2022, as verbas atribuídas aos municípios com vista a descentralização de competências que não foram suficientes face o acréscimo de despesa em grande parte relacionada com encargos com o pessoal e à aquisição de bens. O financiamento das competências descentralizadas não foi suficiente face ao acréscimo da despesa em que os municípios incorreram com o seu exercício. Divulgou esta segunda-feira o Tribunal de Contas, esta segunda-feira, 29 de janeiro de 2024”, qualquer pessoa que está a ouvir-me pode o confirmar. Eu só falo de informação que é pública e passível de ser confirmada. Observação consta de um novo relatório do Tribunal de Contas divulgado esta segunda-feira, com base numa auditoria para apurar quando foi executado entre o ano de 2019 e setembro de 2022. O processo de autonomia do poder local na sequência da lei-quadro de 2018 que transfere competências diárias, como a Educação, Ação Social e Saúde para as Autarquias Locais e entidades intermunicipais. Além disso, o Tribunal de Contas nota que as normas que definem o modelo de financiamento não são suficientemente claras, dificultando a sua aplicação, bem como situações em que os critérios de cálculo dos valores não foram respeitados. O órgão de fiscalização observa essas falhas no que toca às competências das autarquias, no setor da educação. Quanto ao funcionamento do modelo, auditoria conclui que nesse ano e em boa parte de 2023, a descentralização de competências não foi alvo de uma monitorização permanente e global dos recursos financeiros envolvidos nem enquanto serviço público prestado, como prevê a legislação. O Tribunal de Contas aponta ainda a necessidade de se simplificar as tarefas administrativas e falhas na coordenação entre a administração central e municípios, resultando no fraco acompanhamento destas alterações. Perante os resultados, o tribunal recomenda ao Parlamento e ao Governo que sejam revistas as regras das leis das Finanças Locais que determina o financiamento, prevendo mecanismos que tenham atenção a heterogeneidade dos municípios e em linha com os objetivos de coesão territorial. Isto é uma informação de uma entidade altamente credível em Portugal, é uma informação sobre o relatório do Tribunal de Contas que ajuda a explicar grande parte ou esmagadora maioria do que estamos aqui a falar, portanto, não é o tribunal que coloca em causa. Temos que ter cuidado com as palavras, é a minha interpretação sobre esta informação do relatório de contas, coloca em causa muito ou esmagadora maioria daquilo que tem sido dito aqui pela oposição, ou a falta de reconhecimento que a transferência de competências, e, aliás, eu sou o apoiante número um da descentralização de competências é das melhores coisas que aconteceu

agora tem ser devidamente acompanhado com os devidos montantes financeiros, isso pois, repercute-se nas contas das autarquias, nas autarquias de forma geral, nomeadamente na autarquia de Peniche. Era uma questão ética se a oposição reconhecesse esta informação sobre o relatório do Tribunal de Contas, porque ajuda a explicar horas e horas de discussão, que estamos aqui a debater, portanto, em resumo, devemos ter contenção na despesa, é verdade, repito, e olhar sempre pelo lado da receita para podermos ter capacidade de investimento e esse que esse investimento nunca vai ser numa lógica como alguém do PSD defende, que é vamos manter o IMI, o IRS alto que é com esse dinheiro que vamos investir. Não, nós vamos investir através dos fundos comunitários, fundos nacionais a curto prazo e quem está a ouvir, pensa então e quando os fundos comunitários acabarem, um dia eles vão certamente acabar ou não vem nestas dimensões e depois já temos de ter a nossa capacidade financeira e preparados para fazer face ao futuro.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Gostava de saber, porque não tomei bem nota ou então não percebi a apresentação, qual é a percentagem de execução da despesa de capital.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Sobre o assunto da receita, o que me preocupa sinceramente sobre aquilo que estamos aqui a discutir, a ponderar, no fundo a debater é que a receita se baseia, meramente, sobre impostos diretos e transferências do Estado, ou seja, não existe numa autarquia uma outra forma de se criar riqueza que não seja, efetivamente, através de taxas, impostos e transferências do Estado, é uma dependência total do dinheiro público.

Depois houve um detalhe que eu notei que foi o imposto de derrama, houve um aumento. Eu gostava só de perguntar se o aumento se deve a maior número de empresas que se instalaram no nosso município ou um aumento da taxa cobrada, porque isto é um sintoma claro da nossa vitalidade, como município e capacidade para atrair investimento e atrair empresas para cá, talvez pudéssemos até falar um pouco sobre a zona industrial que continuamos a esperar que ela seja concretizada e, sobretudo, pudéssemos debater alguma coisa sobre o que são os planos e as ideias de instalação, de que atividades económicas, que tipologia de atividade económica e que futuro é que nós, perspetivamos para as atividades económicas que pretendemos atrair para cá. Sobre a questão da receita que foi referido pelo colega, realmente percebo e entendo, eu não me preocupa tanto o facto, que nós tenhamos um exercício que gere dívida, preocupa-me e que tipo de dívida é que ele possa gerar, porque se a dívida é gerada em função do investimento que virá no futuro a criar uma receita e autonomizar-nos para fazer aquilo que bom que o colega manifestou ou seja, podermos ter criação de riqueza no município, sem estarmos a depender de fundos comunitários e menos ainda de uma taxa que basicamente mata iniciativa privada, então não seria um problema se tivéssemos uma dívida equivalente ao exercício todo de vinte e seis ou vinte e oito milhões quer dizer, o problema não é esse, o problema é que tipo de receita que isso pode gerar e sobre isto encerro.

Depois, queria só fazer uma pequena pergunta, porque me chamou a atenção também o aumento do valor das despesas com refeições escolares. A pergunta é, o aumento foi apenas e só porque aumentaram muitíssimo as necessidades e carências da população que depois recorrem à refeição escolar para se nutrirem as crianças, ou houve realmente o cuidado de fazer um aumento da despesa também para investir na qualidade da refeição. É porque eu não sei qual é realmente o mecanismo como refeição, é confeccionada, se é por uma entidade externa, ou se é pela própria

escola, eu desconheço isso. Será que nós temos algum tipo de mecanismo, uma entidade interna da Câmara Municipal que possa controlar ou verificar de alguma maneira qualidade das refeições? É porque houve realmente algumas queixas e denúncias, entre aspas, que algumas refeições ficavam muitíssimo aquém, isto é importante, porque trata-se dos nossos jovens e, portanto, do futuro do nosso município, nosso país.»

Presidente da Junta de Freguesia, da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Nós levamos uma lição de Tribunal de Contas, aqui hoje que ficamos todos com medo, não é? Eu estou apavorado com aquilo que eu ouvi. Bom, em primeiro lugar, dizer o seguinte antes do Tribunal de Contas fazer o relatório, esta bancada disse aquilo que o meu amigo acabou de ler, ou seja, quando nós tivemos aqui a discutir a questão da transferência de competências, estes três homens estão aqui, que o nosso grupo não tem nenhuma mulher, esses três homens disseram. Alto lá! Que vamos aprovar aqui um pacote que depois nos vai sair muito caro. E dissemos isto antes durante e depois e quando vem aqui à apresentação que nós pedimos, só confirmou aquilo que nós dissemos, portanto, o Tribunal de Contas trabalhou bem, fez o relatório, também lhe queria dizer que para mim não é novidade nenhuma, porque faço parte de um grupo na Assembleia da República que controla estas coisas e todos sabíamos o que é que estava a dar. O problema aqui é que não basta dizer que vem uma nova lei das Finanças Locais que vai contemplar isto, para já, é preciso discutir a lei, é preciso aprová-la, ela entra em vigor atenção só no próximo mandato autárquico, o que quer dizer que até lá nós vamos ter de gramar com este prejuízo todo, isto é injusto, porque aquilo que devia acontecer era o Governo assumir este, porque este Governo sucede o outro tem de assumir o que é bom e que é mau. O Governo devia assumir na lei das Finanças locais, as autarquias perderam milhões de euros e tem de ser ressarcidas daquilo que perderam. Isto é que era normal, isto é que era democracia, eu espero que isso aconteça, porque há mecanismos que prevêem isto não estamos a dizer nada do outro mundo. O problema aqui, é que isto não houve um processo democrático de descentralização, porque democrático é eu dizer ali ao Presidente assim, quer discutir comigo o processo de descentralização na área da educação, ele diz, quero. Então vamos ver aqui custos padrão e depois vamos clarificar, e aquilo que nos foi imposto foi os valores que o Governo quis, isto não é uma discussão democrática, isto aliás, nem tem nada a ver com os 50 anos do 25 de abril isto é outra coisa. As autarquias tiveram este problema, não se pode fazer descentralização à custa do envelope dos outros, que aquilo que foi feito, isto coloca-se a Peniche como se coloca aos outros municípios todos, todos sofreram as consequências. Já foram aqui citados vários concelhos, mas dizer que o Tribunal de Contas se limita a fazer uma avaliação dos números e, naturalmente, a extrapolar aqui a realidade dos factos. Agora, a nova lei das Finanças Locais tem de dar resposta a outras coisas e há perigos. Quando há pouco chamei à atenção na primeira intervenção que nós não vamos ter esta situação dos impostos para sempre, é que toda a gente sabe o que é que foram os programas eleitorais das legislativas e há impostos que estão previstos desaparecer. Isso é menos arrecadação de receita, porque normalmente, quando alguns impostos aparecem, o outro que aparece a seguir não é grande coisa e nós estamos habituados no poder local, perceber isso com muita facilidade, portanto, espero que a nova lei das Finanças Locais resolva todos estes problemas, mas, acima de tudo que resolva um problema não só às Câmaras, mas às Juntas de Freguesia, porque esta coisa de fazer descentralização com o dinheiro dos outros não faz sentido nenhum.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação àquilo que é dito às vezes aqui, e que é escrito lá fora, em relação ao número dos trabalhadores, não é verdade que sejamos a Câmara que tenha mais trabalhadores na região. E a situação se calhar ainda mais complicada, se analisarmos alguns concelhos, os concelhos têm os números publicados, quando há concelhos que tem um número de trabalhadores, provavelmente eu não tenho nada que me estar a meter na vida dos outros concelhos, mas tem um número trabalhadores de rácio superiores e não têm cidade, a cidade é a parte mais exigente. A questão do número de trabalhadores, os nossos números damos cerca de seiscentos e dez trabalhadores, neste momento, duzentos e dezasseis são da educação e eu não sei se está exato, porque eu tenho a ideia que há aqui números das Atividades de Enriquecimento Curricular que faltam, mas pronto, seja seiscentos o que quer dizer em números redondos que os restantes trabalhadores sem ser a educação são cerca de quatrocentos ou quatrocentos e seis para ser mais exato, se este número está correto. Quando entrámos, eram trezentos e setenta e um agora quatrocentos e seis, trezentos e setenta e um é o que está no relatório de gestão, mas havia oitenta e tal trabalhadores que eram os chamados precários, e que uma das primeiras medidas de gestão que tivemos foi fazer justiça com esses trabalhadores. Ficaram alguns e não venham com o argumento que não devíamos ter feito e não sei que, porque não têm argumento que mais tarde dois deles que tinham entrado e estavam cá há cerca de vinte anos e que, pela avaliação que fizeram os serviços não tinham avaliação para entrar e foi a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal e bem que pressionaram para que se resolvesse essa situação, nós colocámos no quadro através da lei dos precários setenta e dois trabalhadores, portanto, na prática existiam quatrocentos e quarenta e três trabalhadores e, neste momento, existem quatrocentos e seis e acrescentamos alguns setores. Como já referi e por exemplo, não me lembrei da Proteção Animal que neste momento tem três trabalhadores em permanência. Depois, receitas eu acho que o grande problema são as receitas, logicamente que há e eu não quero fazer demagogia em relação a algumas despesas que nós nos meus mandatos não fazemos e, por isso pode ser avaliado e acho que o senhor Deputado Francisco Salvador, estava a dizer que estava aqui a cumprir a função dele, não, a função dos deputados, uma das funções é fiscalizar e até tem muito tempo para fiscalizar as contas, podem ver tudo o que quiser é só combinar porque aí pode perceber onde é que se gasta o dinheiro e até pode comparar com vinte anos atrás ou trinta e como é que se gastava o dinheiro compare com todos, portanto, isso é possível, não há segredos. Eu estou muito à vontade com os nossos trabalhadores, não há segredos, nós não mandamos tapar nada, não há processos na gaveta, aqui não há processos desses. Em termos de receita sempre referi que o grande objetivo, logicamente que há várias formas de fazer receita, uma das formas de fazer receita que por vezes parece que é criticável é irmos através do desenvolvimento do concelho o IMT é o resultado. Alguns podem dizer que não é, aliás, nós não temos para oferta, neste momento, o número de casas suficientes para aquilo que é preciso no mercado e temos um contra, os valores das habitações, estão valores de que a maior parte das bolsas dos nossos municípios não comportam. Isto é verdade, mas não temos o número de habitação suficiente. Ainda por cima uma procura efetiva de pessoas, que não vivem cá ou querem viver para cá, o querem ter segunda habitação. É preciso dar resposta o próprio mercado também dá a resposta. Estamos com construções a vários níveis e outros vão construir e é por isso é que eu digo daqui a dez, doze anos, se as coisas correrem normalmente, o resultado do IMI aumenta substancialmente em relação àquilo que é hoje, mesmo baixando para a taxa mínima que falta 0,05, a taxa mínima, falta só uma redução ao longo dos últimos anos foram-se reduzindo, as pessoas o património das habitações que existem, o edificado aumenta sem aumentar as taxas, pelo contrário, aumenta aos contribuintes, logo aumentou as receitas. Se nós através daquilo que é o desenvolvimento conseguirmos que estão, estão mais pessoas a trabalhar estão mais pessoas a ganhar mais, logicamente, temos mais receitas no IRS a Derrama, penso que é consensual, só não é consensual

é como desenvolver a área da Zona Industrial do Vale do Grou, isso é que não é consensual, mas nós vamos apresentar, já disse em reunião de Câmara Municipal vamos apresentar novamente e os senhores Vereadores tem que votar e depois há de vir aqui a informação também à Assembleia Municipal que também acho que é crucial, eu sou muito teimoso às vezes e nesta parte, eu acho que a teimosia, a posição que nós temos é a mais correta e mais fácil de desenvolver e pagar rapidamente. Fazemos o exercício temos cento e sessenta mil metros quadrados disponíveis. Em termos de lotes na Zona Industrial, o que é que isso permite, se nós temos uma empresa só empresa que quer vir para o concelho e quer noventa mil metros quadrados, é uma empresa que está instalada no concelho aqui a cerca de cem quilómetros, quando tiver tudo construído, diz que precisa sessenta trabalhadores, e o nível salarial médio que não tem nada a ver com aquilo que temos no concelho, logicamente, se produz receita do IMI passar três ou quatro anos que produz receita do IMI, produz receita do IRS, produz outro tipo de impostos, provavelmente os duzentos e tal mil euros anuais que a Derrama paga, e eu sempre tive esta posição, provavelmente será a altura certa que se pode prescindir deste cento e tal mil euros. Depois, fazer aquilo que estamos a fazer, quem trabalha comigo há uns anos e estão aqui pelo menos duas pessoas que sabem muito bem isso, que não é há sete anos, não é há seis anos e meio, mas é aí há seis anos ou cinco anos e meio e já referi recentemente na reunião de Câmara, a tabela e é essa ninguém fala, a tabela de gestão urbanística dos projetos é a mais barata da região. E é há muito tempo e não quero contar uma história, que há seis ou sete anos ou oito anos ou nove que ainda por cima, fez que fosse mais baixo. Portanto, aí na minha opinião, vai produzir, se calhar, de uma forma equilibrada e uma reforma progressiva para não ser um embate muito grande, até acho que devíamos construir uma nova tabela, e está a ser construída, que possam não ter um embate muito grande, o impacto muito grande em termos dos investidores, mas que até para comodismo, de certo modo político estabelecer uma estratégia de atualização dessa tabela que possa ser progressiva sem ser excessiva. Depois aquilo que estamos a fazer e que foi votado aqui por unanimidade ou nos parece que esqueceram, mas foi votado por unanimidade, a taxa turística, que nós calculamos cerca de trezentos mil e se for levada à prática, como de deveria e se nós tivemos uma atitude pedagógica e de fiscalização, uma das pessoas que teve aqui na Assembleia Municipal diz que nós estamos errados que a receita será muito superior. Agora não podemos é ter enquanto MH, os grupos hoteleiros, os parques de campismos no essencial, há unidades que são controláveis, outros são muito pouco controláveis e nós já temos alguns números naquilo que é a estimativa que, em termos de alojamento local na ordem dos mil e duzentos e aquilo que é a realidade daquilo que são declarados e aquilo que existe. Quem é que trabalha isto? Tem de ser pessoas cá dentro, tem que ser uma nova frente que nós estamos a pretender criar para todos não ser injusto para aqueles, há uns que pagam e outros que não pagam, portanto, só nestas duas áreas para além de temos a obrigação de criar outras, a taxa turística, e a nossa tabela de taxa tem a obrigação de dar uma substancial receita em relação aquilo que possam ser de receitas próprias que nós temos aqui agora de cinco ou seis milhões e é verdade, é muito insuficiente, está bem, mas a outra receita das transferências e dos impostos que recebemos do Orçamento de Estado também são nossas, é daquilo que nós produzimos como concelho, parece assim uma coisa abstrata que estão a dar de uma gaveta que é lá do Estado. Mas o dinheiro de cada concelho vai para o Estado, depois pode ser devolvido ou não. Entendo e sempre entendi isso é uma conversa que nem é só do meu tempo já anteriormente se falava. Alguns autarcas dando mais força, é necessário nós irmos atrás de uma forma de gestão mais exigente que podemos cortar algumas despesas que podem ser supérfluas podem não ter o impacto que tem e aumentando as receitas, controlando os custos, se bem que na minha opinião, os custos vão evoluindo, porque há aqui um conjunto de fatores dos custos que não são controláveis e, portanto, e dificilmente nós conseguimos inverter algumas situações.

As refeições escolares que colocou, nós esmos no controle, estamos a estudar. A seguir ao Covid-19 aumentou o número de crianças que procuram as refeições escolares. Nós entendemos é que é um processo natural e não é só um processo de carência é também a estrutura das famílias, organização das famílias que perceberam que é uma vantagem. Depois tivemos pontualmente nas redes sociais, houve uma situação ou outra que não correspondia à verdade nem as fotografias correspondia à verdade que diziam, mas eu próprio foi duas vezes a escolas sem avisar e fiquei insatisfeito, portanto, estamos a trabalhar já algum tempo a esta parte, a Câmara Municipal tem uma nutricionista que acompanha todas as situações, inclusive a questão do prato saudável, tem a ver também com esse trabalho que uns reagiram mal, mas, acima de tudo, faltou informação. Às vezes nós pecamos às vezes por falta de informação. O objetivo é procurar ensaiar, mas tem alguns riscos e não é os riscos de qualidade que mais preocupa é os riscos de gestão financeira, portanto, nós, neste momento, temos as receitas provenientes da maior parte dos alunos que pagam as refeições, dos pais, temos uma parte que é o Ministério da Educação que paga que é muito insuficiente e depois temos o custo e há uma diferença substancial que estamos a pagar. O que é grave, é que não estamos satisfeitos, mas é uma empresa, é um concurso que fazemos anualmente ou de dois em dois anos. O nosso objetivo, é procurar ensaiar fazer uma experiência, é isso que temos estado a discutir, com uma escola com o apoio ou com o serviço de uma IPSS ou de mais que uma IPSS e aqui às vezes, isto para articular é complicado depois os custos se são suficientes, se o sistema já é deficitário, se não produzimos aqui uma bomba que depois o município não pode aguentar, portanto, uma bomba em termos em termos de impacto financeiro, o que era interessante para além de aumentar a qualidade e provavelmente também aumentar os postos de trabalho, porque isto obriga a mais algumas postos trabalho, é os produtos da região de preferência a utilização dos produtos do concelho. Isto não é endémico, existem concelhos aqui perto que o fazem, Torres Vedras já tem montado essa estrutura há muito tempo, o problema é que em alguns casos nas nossas escolas, isto é uma análise superficial, penso que desativámos os sistemas que facilmente púnhamos a funcionar a produzir refeições e hoje qualquer decisão desta natureza é um grande risco e não é só por dizerem mal do Bertino, ou da Câmara, é um grande risco, porque o temos que ir com bases sólidas para que as coisas funcionem e que, acima de tudo, não prejudiquemos e não se possa prejudicar as crianças e a questão que eu falei da situação financeira que não é de menos importância. Há bocado o senhor Deputado Hugo Martins referiu e bem e acho que ele trabalhou muito bem para preparar esta reunião já agora dou-lhe os parabéns. Eu refiro isto muitas vezes propositadamente, até numa atitude pedagógica e quando eu entrei como Presidente de Câmara também confesso e então há anos lá mais atrás, mas eu não vinha nada com a ideia de propor o que se propôs para o parque de campismo como para outras coisas. Eu até tinha sido um perigoso comunista e tinha uma gestão maquiavélica em relação às coisas, portanto, mas a prática demonstrou-nos porque estudámos os assuntos e estudámos as dificuldades, a dificuldade de ter os quatro milhões que eram precisos para investir para renovar todo o parque de campismo e logicamente e aí fui um grande entusiasta de procurar que investidores acreditassem naquela possibilidade e é por isso que o Hugo diz, é o melhor negócio que a Câmara fez. Eu não conheço melhor, um parque de campismo que não dava receitas, porque tinha custos, o que dava não chegava para aquilo que se gastava lá, no essencial era isso, se a gente quiser ler de outra maneira, lê, mas isto é o essencial e passa a ter uma receita de setecentos cinquenta mil euros ano. Devíamos ter era mais, devíamos montar outros negócios que temos a possibilidade e não conseguimos por todos na rua, não é que todos os negócios, todas as concessões da Câmara tenham de ter grandes receitas, porque às vezes, as grandes receitas que os privados têm de pagar, podem pôr em causa o investimento e o bom funcionamento. Já tivemos isto aqui no Parque Urbano, a cafetaria que o anteriormente pagava mil e tal euros e agora paga seiscentos euros e fomos nós que, assumidamente alterámos o sistema de hasta pública, porque

hasta pública vai lá dois ou três malucos às vezes e aconteceu-nos isso picão, vêm por aí acima e depois quem fica a pagar a renda, por inexperiência e depois ainda por cima, vai fazer investimentos se não tem muita experiência, foi o que aconteceu aquelas pessoas, eu tive muita pena, mas não podíamos alterar as condições do concurso. Esta não, é carta fechada é a proposta de quem dá mais, quanto é que paga? Oitocentos, seiscentos, paga muito menos, é um mau negócio para a Câmara? Provavelmente não é, recebemos a receita líquida menos, aquilo está a funcionar em pleno, está sempre as pessoas fazem investimento, temos uma relação ótima e é o desenvolvimento é conforme a visão há visões para tudo.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Em resposta ao senhor Deputado José Monteiro, informou que a despesa de capital são 54,61% e a corrente 77%.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«A execução orçamental ou estão todos distraídos ou fazemos a retificação do orçamento normalmente em outubro ou novembro, para podermos ter execuções orçamentais melhores do que aquelas que prevemos em termos de orçamento inicial. E não é para nós ficarmos bem no filme é que se não fizermos a seguir quem é penalizado é o concelho, era uma irresponsabilidade, se não fizesse. Depois, as histórias dos orçamentos, o Deputado Francisco Salvador a pouco estava a falar, no tempo que o Francisco Salvador e outros Presidentes estavam nesta casa e que se faziam os orçamentos, é assim o orçamento aí é que era um engano, era uma inflação dos orçamentos lembraste, o entreposto frigorífico aparecia lá o que? Um milhão, dois milhões e outras vendas, simulavam-se vendas. Eu acho que é uma dificuldade acrescida para quem faz os orçamentos, às vezes alguns autarcas estranham que nós façamos tantas alterações modificativas ao orçamento, mas são necessidades. Nós prevemos certos investimentos, se nós conseguíssemos ter o dinheiro para algumas rubricas que estavam previstas em orçamento, e não tivéssemos precisado dessas verbas para outros lados nós estávamos a adquirir materiais e equipamentos que se chegamos à conclusão de que não temos dinheiro disponível. Nós temos que gerir o orçamento muito em função da disponibilidade financeira a cada momento, logicamente, estamos muito esperançados que daqui a algum tempo possamos ter, como já tivemos o no mandato passado ou neste mandato, notícias muito interessantes em termos do reforço das verbas para aquilo que executados e temos candidaturas a fundos comunitários e eu já dei uma orientação, se tivemos essa sorte, uma parte uma parte substancial dessa receita, logicamente, tem que bater aqui com a Vereadora Ana Rita e com outras pessoas cá dentro, mas eu acho que será um bom ato de gestão, procurar reduzir o prazo que estamos a pagar a fornecedores, como já tivemos lá atrás, já tivemos prazos. Hoje é um argumento que uso, quando nos pedem coisas ainda ontem disse alguém hoje de manhã aqui uma reunião: não nos estejam a pedir, quando nós temos um barómetro para mim, é um barómetro. Quando o prazo fornecedor vai aumentando, as coisas não estão a correr bem.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Portanto, em termos de receita corrente, taxa de execução 91,58. Em termos de receita de capital, a taxa de execução é de 54,61. O total da receita é de 88,03. Relativamente à despesa corrente é 87,54 e de relativamente à despesa de capital é 77% e a despesa total é 85,61.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«O senhor Presidente da Câmara em resposta ao senhor João Oliveira referiu que ninguém falava na questão da tabela de taxas e preços, quando se referiu às taxas de urbanismo. Eu já falei nisso aqui à duas ou três sessões atrás, que tinha iniciado o procedimento de revisão dessas taxas em 11 de janeiro de 2022 e que eu tinha feito contributos quer em janeiro de 2022, quer em dezembro de 2022 e já tinha falado nisto aqui há duas ou três sessões atrás, era só para fazer esse esclarecimento.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Só para ficar claro e ajudar o senhor Deputado Francisco Salvador, agora é que eu percebi a olhar para a demonstração de resultados porque é que disse que o resultado era quatrocentos mil euros negativos, porque confundiu a rubrica que está antes "outros gastos", porque, de facto, o resultado antes das amortizações, resultado antes de depreciações e gastos de financiamento, é um milhão e trezentos mil euros positivo. Confundiu as rubricas.»

Deliberação n.º 19/2024: Submetidos os documentos (n.º 654/2024) de Prestação de Contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2023, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: seis (6) - dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche.

Votos contra: Um (1) - do senhor Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos, eleito pelo Partido Socialista.

Abstenções: Dezasseis (16) - dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (5), pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrática Unitária (3), pelo Chega (1) e pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1).

6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2023:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, tendo usado a palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Acho que isto deve ir sendo pensado, até porque foi referido aqui na outra sessão, relativamente às taxas da fatura de água, é verdade, há aqui uma Taxa da Recursos Hídricos e outra da Gestão de Resíduos que são taxas que efetivamente, como dizia o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, e bem, vão para fora do município, depois raramente regressam, eu lembro-me do senhor Presidente, António José Correia, uma vez fazer referências a isso. Eu tenho aqui um exemplo de uma fatura, no valor de trinta euros, em que apenas dez euros são água, portanto, temos aqui a conta de saneamento com onze euros, a conta de resíduos com

seis euros e quarenta e quatro, estes sensivelmente dezoito euros numa fatura de dez euros do consumo de água ficam, digamos que pelos SMAS. Os SMAS têm boa saúde financeira, fazem alguns investimentos, mas devíamos ir refletindo como é que podemos ir diminuindo esta fatura de água aos contribuintes.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«É fácilimo, é aumentar a fatura do saneamento que é deficitário e baixar a da água, nós temos estado a fazer todos os anos um exercício do tarifário, os membros do Conselho de Administração sabem, fizemos um grande esforço, inclusive, tínhamos outra proposta que não nos autorizou que era, de certa forma, penalizar os munícipes de segunda habitação, as pessoas que não residem em Peniche todo o ano, pois não nos autorizaram, fizemos outros ajustamentos. O tarifário, de 2024 é um tarifário experimental que nós admitimos, isso é assumido a questão e o relatório da ERSAR todos os anos repete. Para já, o sistema tem de se bastar a si próprio é como o sistema de resíduos do concelho, tem de se bastar a si próprio, nós temos estado a fazer ajustamento com alguma coragem, se calhar outros não o fariam e temos insistido nisso e procurar fazer um trabalho muito sério em relação a isso. O resultado que tivermos este ano, provavelmente até agosto, se tivermos esses dados, quando for para elaborar a proposta para 2025 vai ter em conta o comportamento deste novo tarifário, que não é nada igual ao tarifário de 2023. Vamos ter de ajustar, provavelmente há de haver um momento que podemos baixar os custos de água, mas para aumentar os custos de saneamento que não pagam, a tarifa não está a pagar o sistema, portanto, isso é uma questão que vai evoluindo, temos de acertar, mas se conseguirmos que a atualização do tarifário não seja muito significativa, e no fundo fizermos este equilíbrio entre as taxas fixas e as variáveis, o resultado tem é que ser sempre o mesmo em termos de receita. Quando alguém chegar a esta casa e entender que tem de manter o tarifário dos SMAS igual durante anos, ou tem de reduzir, é meio caminho andado para a desgraça. Como é que pode fazer o contrário em termos de investimento, pode-se fazer, da parte do município haver capacidade financeira para fazer os investimentos e agora, como no caso do reservatório de água de Ferrel pode dizer olha, toma lá um milhão e duzentos mil sai do orçamento da Câmara e vai para os SMAS, isto pode ser feito como outras obras, é uma opção. Este tarifário deste ano, acho que é a primeira vez, não é um valor significativo, mas é opção que a tarifa social é suportada pelo orçamento da Câmara, não é significativo, mas é um sinal e foi uma opção, aliás, temos todos os anos tomado novas decisões para equilibrar e também corresponder, mas é para ir ao encontro, se entendemos que é justo e é isso que estamos a fazer.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Quando o senhor Presidente da Câmara diz que a tarifa de saneamento não paga o sistema, refere-se a investimento e a manutenção do sistema existente da rede?»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Cada sistema tem um custo, está calculado, e os mapas dizem isso, aliás, pelo menos no Conselho de Administração, não sei se na Câmara também levamos esses mapas, há uns mapas que são muito exaustivos, contam com os variáveis e com as fixas dos dois sistemas e que tem os valores de quanto é que custa o sistema de funcionamento, todo o sistema de água, até porque são serviços diferentes, e até quanto custa o serviço de saneamento e é por esses valores que se consegue ver que é deficitário, outro tem receitas superiores àquilo que é o valor do sistema.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«São duas questões muito simples, uma delas está ligada precisamente à informação que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel também perguntou. Uma é a captação de água do Município de Peniche, é feita ainda fisicamente, onde eu desconheço, mas isto incide muito diretamente no custo do transporte de água até casa das pessoas e o segundo é uma preocupação que está ligado a uma realidade diferente que eu conheço, que é se ainda é prática corrente no nosso município, eu sei que em alguns municípios, e Peniche não sei se o será, o corte do fornecimento da água quando há a suspensão efetiva total do fornecimento de água, quando há a falta de pagamento recorrente de uma, duas ou três faturas é que isto foi muito discutido lá fora e basicamente, é proibido o corte total existência total do fornecimento de água, por ser precisamente um bem essencial de sobrevivência e subsistência inalienável da condição humana. Era só isto são duas perguntas.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação ao corte do abastecimento de água, há uma política de sensibilização, de pressão, existem os dois lados, quando se assume uma rutura, é como a habitação, quando as pessoas começam a falhar, a pagar a renda, mesmo quando são baixas. Eu como Presidente de Junta, lembro-me de ter vindo pedir ao conselho de administração para ligar a água àquela família que cortou. São estas situações que são muito complicadas de gerir. Por norma, ou só há situações muito referenciadas que por desleixo, às vezes acontece e aí quando as coisas agravam, mas é raro. Em relação à água, portanto, o concelho de Peniche quando construiu há muitos anos e bem a barragem Albufeira de São Domingos, do Rio de São Domingos, tem a ver com a insuficiência de água que, de vez em quando era ciclo, faltava no concelho. Era uma grande preocupação na altura e construiu-se aquilo com um algum apoio do Estado, mas com algum sacrifício do próprio concelho. O concelho de Peniche tem, para além disso, uma propriedade no concelho vizinho nos Bolhos também há muitos anos que ainda hoje retira de lá muito água quando é preciso e tinha outra fonte do concelho da Lourinhã que era no Paço que tivemos pagar já no meu tempo uma indenização à Lourinhã que estava aí pendurada. O que é que se faz é procurar gerir bem todos os sistemas, há um controlo de todas as estações e um que funciona bem, inclusive já neste no mandato passado, quando os serviços estavam a pensar construir o Serra mistura ali na Serra d'El-Rei, que era um investimento já considerável e depois na discussão interna, em termos técnicos considerou-se que não era a melhor opção que a melhor opção era reforçar os depósitos apoiados, os depósitos que não são os reservatórios e reforçar ou renovar as redes de abastecimento, porque para Ferrel concretamente a de a ser construído o reservatório, não de se construir novas condutas alternativas ou sistemas atuais, inclusive construir provavelmente mais um depósito apoiado para os lados da Serra d'El-Rei e outro depósito apoiado no pinhal de que que existe ali perto já do Béltico. Para além disso, existe um propósito de renovar de forma significativa toda a conduta de abastecimento de água da zona sul do concelho a partir da Serra d'El-Rei, até aos Bolhos, Ribafria, Bufarda por aí fora, portanto, Peniche está muito bem servido de abastecimento de água. O que é que eu acho que é uma grande insuficiência e no futuro, os autarcas têm de pensar seriamente, como é que vão resolver esse problema, que uma parte substancial das condutas da rede tem de ser renovada, por razões várias que eu não vou falar aqui, mas, por razões várias tem que.»

Deliberação n.º 20/2024: Submetidos os documentos (n.º 6600/2024) de

Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, relativos à gerência de 2023, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: Dezoito (18) – dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Socialista (7), da Coligação Democrática Unitária (3) e do Chega (1).

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Cinco (5) - do membro eleito pelo Partido Social Democrata.

8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2024:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado a palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente ao posto de trabalho a criar no Serviço de Planeamento e Ação Social, isto é uma área funcional que é Planeamento e Ação Social e dentro do conteúdo funcional, tirando a parte que já se sabe que é por lei orientada para o técnico superior da altura, portanto, diz “elabora pareceres, projetos e atividades conducentes à definição e concretização das políticas do município, na área de desenvolvimentos social, diagnóstico social, implementa sistemas a nível local, promovendo a participação, sustentabilidade, acompanhamento social de pessoas, famílias e grupos”, portanto, sem dúvida que é o planeamento, a ação social pura. A minha pergunta relaciona-se com a área de formação académica e aqui perguntava eu, quando presumo eu que foi aqui acrescentado psicologia, economia mais inscrição na ordem profissional. E a inscrição na ordem profissional é o que? Qual é a inscrição na ordem? Eu posso dar uma ajuda. Se me disserem que a inscrição na ordem profissional assim como está, eu posso dizer que é inscrito na ordem dos assistentes sociais inscrito na ordem dos revisores oficiais de contas, porque está aqui gestão. Quem vai concorrer, qual é a ordem profissional, porque ou é que todas as ordens profissionais?»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Isto tem uma razão é que estes dois casos em concreto, onde está psicologia, economia e inscrição da ordem profissional, tem a ver com uma candidatura que já foi aprovada, na área social, que é o radar, e nesse processo, só podemos ter um trabalhador que é o coordenador municipal e os outros dois tem de ser fora do quadro de pessoal, mas não podem entrar no quadro, por isso é que é determinado, portanto, não pode entrar no quadro do pessoal, porque o objetivo é este processo e este projeto do radar.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Aqui diz, tempo indeterminado a contratar dois, isso é do radar, mas antes diz necessários os dois a tempo indeterminado. Então não é só do programa radares.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Não, não. Estou a dizer é que em relação à questão da formação académica e profissional para este projeto radar, implica pessoas com esta área de informação.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Portanto, só para só para então fecharmos, qualquer inscrição na ordem profissional para desenvolver atividades na área de planeamento e ação social, isto é importante para quando for os candidatos concorrerem, qualquer inscrição na ordem profissional, vale? Isto se calhar, é um defeito meu por ser da área dos recursos humanos. Nós quando contratamos e definimos que vamos contratar alguém para um conteúdo funcional muito específico e quando alargamos as licenciaturas e aí já dou de barato, mas quando ainda metemos dentro destas licenciaturas, uma inscrição na ordem profissional, a questão, vendo isto qualquer um, inclusive não um dentista, porque não está aqui a área de formação, mas, por exemplo, um assistente social que esteja na inscrito na ordem, vale tanto como um gestor que tenha inscrito na ordem dos revisores oficiais de contas, vale o mesmo é isso.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Isto tem que ver com o conteúdo da candidatura, eu não vou inventar mais do que isto, tem a ver com a própria candidatura e em função da candidatura, isto teve de ser corrigido. Em relação aos outros dois por tempo indeterminado é outra coisa, isto tem a ver, num dos casos, o outro é uma situação de reforço da equipa, mas num dos casos e o SAAS que nós no fundo, assumimos o funcionamento do SAAS, tínhamos dois técnicos, um técnico e uma técnica no período experimental entendeu-se que não tinha condições para ficar e não ficou. Isso não é muito usual, mas aqui já aconteceu mais que uma vez e pronto, há aqui um défice, nomeadamente no SAAS de um trabalhador e é nesse sentido.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Compreendi, e o meu sentido de voto, embora tenha votado contra o Mapa de Pessoal, obviamente, votei contra o Orçamento e contra as Grandes Opções do Plano nunca poderia votar também a favor do Mapa de Pessoal que faz parte dos o Orçamento, o valor que lá está inscrito. No caso, neste caso e verificando, as justificações foram dadas pelo senhor Presidente da Câmara, nomeadamente processos de aposentação e falecimento e também a regularização de situações, o meu voto será a abstenção.»

Deliberação n.º 21/2024: Submetida a proposta (n.º 598/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na sua atual redação, por maioria, com onze (11) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo

Chega (1), e doze (12) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Socialista (7) e pelo Partido Social Democrata (5), aprovar a segunda alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2024, aprovado pela Assembleia Municipal na segunda reunião da sessão ordinária de novembro, realizada em 30 de novembro de 2023.

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2024:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do nono ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 05 de abril de 2024.

Deliberação n.º 22/2024: Submetida a proposta (n.º 6601/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, por maioria, com dezoito (18) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), e cinco (5) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, aprovar a segunda alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2024, aprovado pela Assembleia Municipal na segunda reunião da sessão ordinária de novembro, realizada em 30 de novembro de 2023.

10) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ADESÃO À CENTRAL NACIONAL DE COMPRAS MUNICIPAIS:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vereadora, Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 05 de abril de 2024.

Deliberação n.º 23/2024: Submetida a proposta (n.º 678/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (5), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrata Unitária (3) e pelo Chega (1), concordar com a adesão à Central Nacional de Compras Municipais, nos termos legalmente consignados.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 24/2024: Para efeitos de execução imediata, nos termos do

número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo vinte e três horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e nove de abril, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a segunda reunião da sessão ordinária do mês de abril, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Christian Silva*, Assistente Operacional da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na primeira reunião da sessão ordinária de setembro da Assembleia Municipal, realizada no dia 27 de setembro de 2024, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

O Assistente Operacional da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
